

PROJETO DE LEI N.º 5.805, DE 2023

(Do Sr. Dr. Daniel Soranz)

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir a fibromialgia no rol de doenças que dispensam período de carência para a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por incapacidade.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4399/2019.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Daniel Soranz



Apresentação: 30/11/2023 12:32:17.75

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. DANIEL SORANZ)

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir a fibromialgia no rol de doenças que dispensam período de carência para a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por incapacidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 1991, para incluir a fibromialgia no rol de doenças que dispensam o cumprimento de carência para a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por incapacidade.

Art. 2º O art. 151 da Lei nº 8.213, de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 151 Até que seja elaborada a lista de doenças mencionada no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de (osteíte deformante), síndrome deficiência da imunológica adquirida (aids), síndrome de fibromialgia ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO





Apresentação: 30/11/2023 12:32:17.757 - M PL n.5805/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Daniel Soranz



A presente proposta visa reconhecer a fibromialgia como uma enfermidade incapacitante que, pela sua natureza crônica e impacto na capacidade laboral, merece ser incluída no rol de doenças dispensadas da carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por incapacidade, conforme o artigo 151 da Lei nº 8.213.

A fibromialgia é uma síndrome caracterizada por dor musculoesquelética difusa, fadiga, distúrbios do sono e pontos de dor específicos no corpo. Trata-se de uma condição complexa, de origem ainda não completamente compreendida, e que afeta significativamente a qualidade de vida dos indivíduos acometidos. Seus sintomas, muitas vezes debilitantes, comprometem a capacidade para o trabalho e o desempenho das atividades diárias.

Em muitos casos, as pessoas acometidas por fibromialgia enfrentam dificuldades para obter o benefício previdenciário devido à necessidade de cumprir a carência estabelecida pela legislação vigente. Entretanto, considerando que a fibromialgia é uma condição que frequentemente incapacita os indivíduos para o trabalho de maneira imprevisível e duradoura, impor uma carência torna-se uma barreira injusta e desumana.

A alteração proposta não apenas atende a um anseio legítimo daqueles que sofrem com a fibromialgia, mas também está em consonância com os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e da proteção social, previstos na Constituição Federal. Reconhecer a fibromialgia como uma condição que dispensa carência para a concessão de benefícios previdenciários é um passo crucial para assegurar a justiça social e a equidade no tratamento dos cidadãos perante o sistema de proteção social.

Além disso, é importante ressaltar que a inclusão da fibromialgia no rol de doenças dispensadas da carência está em sintonia com a evolução da medicina e da compreensão das doenças crônicas. O reconhecimento oficial da fibromialgia como uma condição incapacitante

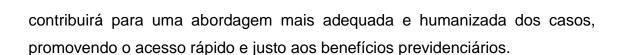




Apresentação: 30/11/2023 12:32:17.757 - IMES PL n.5805/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Daniel Soranz



Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2023.

Deputado DANIEL SORANZ







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

 LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO
 https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199107-24;8213

FIM DO DOCUMENTO